

CPO - CENTRO PARAIBANO DE ONCOLOGIA S.A. CNPJ: 07.510.778/0001-90				
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$)				
		31/12/2021	31/12/2020	
ATIVO				
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	4.434	3.749		
Contas a receber de clientes	10.672	13.016		
Estoques	834	661		
Impostos a recuperar	194	342		
Outros ativos circulantes	238	197		
Total do ativo circulante	16.372	17.965		
NÃO CIRCULANTE				
Aplicações Financeiras	-	7		
Imobilizado	1.356	1.598		
Intangível	954	900		
Total do ativo não circulante	2.310	2.505		
TOTAL DO ATIVO	18.682	20.470		
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	7.753	10.353		
Obrigações sociais	710	637		
Obrigações tributárias	1.133	1.287		
Dividendos a pagar	368	-		
Total do passivo circulante	9.964	12.277		
NÃO CIRCULANTE				
Impostos diferidos	-	68		
Débitos com partes relacionadas	708	423		
Total do passivo não circulante	708	491		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social	3.009	3.009		
Reserva de lucros	4.399	4.199		
Reserva legal	602	494		
Total do Patrimônio Líquido	8.010	7.702		
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.682	20.470		
Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$)				
		31/12/2021	31/12/2020	
RECEITA LÍQUIDA		58.399	64.476	
Custo dos serviços prestados	(42.489)	(47.227)		
LUCRO BRUTO		15.910	17.249	
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Despesas administrativas	(7.777)	(6.739)		
Outras receitas (despesas) operacionais	95	334		
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		8.228	10.844	
Receitas financeiras	155	126		
Despesas financeiras	(33)	(133)		
RESULTADO FINANCEIRO		122	(7)	
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		8.350	10.837	
Correntes	(1.976)	(2.216)		
Diferidos	-	-		
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		6.374	8.621	
Demonstrações do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$)				
		31/12/2021	31/12/2020	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		6.374	8.621	
Outros resultados abrangentes	-	-		
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO		6.374	8.621	
Demonstrações do fluxo de caixa Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$)				
		2021	2020	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	6.374	8.621		
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	293	641		
Provisões para perda de liquidação duvidosa e glosas	1.616	1.999		
Baixa de ativo imobilizado	-	(2)		
Varição nos ativos e passivos operacionais:	8.283	11.259		
Contas a receber de clientes	1.015	(2.365)		
Estoque	(460)	(274)		
Impostos a recuperar	148	2.950		
Outros ativos	(37)	173		
Fornecedores	(2.600)	22		
Salários e encargos	73	176		
Tributos a pagar	196	(2.738)		
Caixa gerado pelas operações	6.618	9.203		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(418)	(456)		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	6.200	8.747		
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Baixa de ativo imobilizado	-	6		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(101)	(380)		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(101)	(374)		
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamento de dividendos	(5.699)	(7.000)		
Arrendamento Mercantil	-	(157)		
Mútuo com partes relacionadas	285	(10)		
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(5.414)	(7.167)		
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	685	1.206		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.749	2.543		
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.434	3.749		

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021					
1. INFORMAÇÕES GERAIS					
CPO – Centro Paraibano de Oncologia S.A. ("Companhia") Sociedade localizada na cidade de João Pessoa – PB, que atua na área de Oncologia Clínica. A controladora final da Companhia é a Oncoclinicas do Brasil Serviços Médicos S.A. Esta última é representada pelo fundo Josephina Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Josephina") e o Josephina II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Josephina II"). Pandemia de Covid-19: Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. Tal disseminação criou incertezas macroeconômicas e volatilidade no cenário mundial, inclusive no Brasil. A Companhia tomou algumas medidas estratégicas para fazer frente aos efeitos da pandemia, como por exemplo o reforço da posição de caixa, adoção de plataforma de telemedicina para atendimentos, além do reforço dos estoques de materiais e medicamentos para tratamento dos pacientes de COVID-19. A Companhia permanece monitorando todos os possíveis impactos da pandemia nas suas operações, bem como situação de caixa, crédito, câmbio, preço de ações e investimentos.					
2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS					
Declaração de conformidade					
As demonstrações financeiras individuais Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações. 2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente desse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração faça julgamentos e utilize certas estimativas e premissas contábeis críticas no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3. A Administração da Companhia também aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OIPC 7, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que de fato auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes em cada Pronunciamento Contábil emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis deixem de ser atendidos. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na gestão do negócio. Continuidade operacional: A administração tem expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. 2.2. Moeda funcional: Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e também a moeda de apresentação pela Companhia. 2.3. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com liquidez em até três meses contadas da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. 2.4. Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros - Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48 – Instrumentos financeiros, que determina a classificação dos ativos em três categorias: i) mensurados a valor justo por meio do resultado, ii) mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e iii) mensurado ao custo amortizado. Estas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. Ativo financeiro - Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado e ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Classificação: Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Reconhecimento e mensuração: Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são registrados na demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos e passivos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método de juros efetivos. Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. "Impairment" de ativos financeiros: A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por "impairment" são reconhecidas somente se há evidência objetiva de "impairment" como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por "impairment" é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por "impairment" diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o "impairment" ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. 2.5. Contas a receber de clientes: Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de serviços no decurso normal das atividades da Companhia, líquidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo esta constituída quando há clara evidência de que a Companhia não será capaz de receber todos os montantes devidos de acordo com os termos dessas contas a receber, mediante análise de riscos e levando em consideração a análise das perdas de crédito esperadas estimadas, usando uma matriz de provisão com base na experiência de perda de crédito histórica da Companhia. O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de juros efetivos menos a glosa e a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "impairment"), considerando o conceito de perdas esperadas. 2.6. Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde aos valores os quais a Companhia estima receber em contrapartida pela transação de venda dos estoques. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição. 2.7. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado					

são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. Todos os gastos necessários para a imobilização são registrados como custo das imobilizações, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros, associados com os gastos, serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. Ganhos e perdas na alienação de um item de imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" no resultado. (ii) Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou, em caso de ativos construídos internamente, no dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. A vida útil estimada é revisada anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a vida útil está assim demonstrada: 10 anos (ou 10% a.a.) para "Máquinas e equipamentos", "Instalações Móveis e utensílios" e "benfiteiros em imóveis de terceiros", e 20 anos (ou 20% a.a.) para "Computadores e periféricos". **2.8. Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis com vida útil definida - São reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. Posteriormente, avaliados com vida útil definida, são contabilizados pelo seu valor de custo menos amortização acumulada. São amortizados com base no método linear, e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. **2.9. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal, que se aproxima do valor justo na data da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de juros efetivos. **2.10. Imposto de renda e contribuição social: Tributos correntes** - A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. **Tributos diferidos:** Impostos diferidos passivos são os valores de imposto sobre a renda a pagar em períodos futuros, em relação às diferenças tributáveis temporárias. Impostos diferidos ativos são os valores recuperáveis em períodos futuros decorrentes de diferenças tributárias dedutíveis, ao diferimento de prejuízos fiscais não utilizados e ao diferimento de créditos fiscais não utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado ou reconhecidos na extensão em que seja identificado prováveis lucros tributados ou não para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. A provisão para imposto sobre a renda é calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes da seguinte forma: Imposto de renda pessoa jurídica: à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240; Contribuição social sobre o lucro líquido à alíquota de 9%. A administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com relação a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco. **2.11. Reconhecimento de receitas:** (i) Serviços: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia quando possa ser mensurada de forma confiável e com base na medição dos serviços prestados. A receita dos serviços médicos prestados é reconhecida com base no estágio de conclusão do serviço na data das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é verificado conforme avaliação dos médicos em relação aos tratamentos médicos de cada paciente. A receita líquida é mensurada com base no valor nominal que se aproxima ao valor justo da contraprestação a ser recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios estabelecidos na norma para determinar que atua como principal em todos os seus contratos de receita. A Companhia administra e controla os produtos e serviços antes de transferi-los para o cliente. A Companhia revisa periodicamente suas perdas históricas com glosas e a posição atualizada de clientes e faturas, com o objetivo de estimar

DIRETORIA
Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva - Diretor

Contadora
Larissa Aparecida Guimarães Januário
CRC MG 117360/O-4